OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

CIVITAS
Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 26: 1-7, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 1984-7289 | ISSN-L: 1519-6089

DOSSIÊ: AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O DEBATE PÚBLICO SOBRE RAÇA

Ciências Sociais, raça e debate público

Social Sciences, race, and public debate

Ciencias sociales, raza y debate público

Andrea Lopes da Costa[1]
orcid.org/0000-0002-3672-6298
andrea.lopes@unirio.br

Viviane Gonçalves[1]
orcid.org/0000-0002-6819-8995
vivianegoncalves@unirio.br

Recebido em: 03 jan. 2026
Aprovado em: 06 jan. 2026
Publicado em: 03 fev. 2026.

Resumo: Como se apresenta o campo das Ciências Sociais brasileiras, em especial no tocante ao debate público sobre raça, num contexto de tantas mudanças, como as ocorridas nos últimos 50 anos? Esta não é uma indagação de fácil e imediata resposta; tampouco é nossa intenção chegar a definições cartesianas sobre o tema, principalmente num contexto de efervescência narrativa. Nossa proposta é possibilitar uma discussão, a partir de matizes distintas, considerando agendas de pesquisa, vínculos institucionais e inserção geracional nas reflexões, a fim de que a complexidade do campo e de seu papel fundamental nas reflexões sobre raça no Brasil esteja contemplada.

Palavras-chave: Ciências Sociais. Raça. Debate público. Brasil.

Abstract: How does the field of Brazilian Social Sciences present itself, especially regarding the public debate on race, in a context of so many changes, such as those that have occurred in the last 50 years? This is not a question with an easy and immediate answer; nor is it our intention to arrive at Cartesian definitions on the subject, especially in a context of narrative effervescence. Our proposal is to enable a discussion, from different perspectives, considering research agendas, institutional links, and generational insertion in the reflections, so that the complexity of the field and its essential role in reflections on race in Brazil is contemplated.

Keywords: Social Sciences. Race. Public debate. Brazil.

Resumen: ¿Cómo se presenta el campo de las Ciencias Sociales brasileñas, especialmente en lo que respecta al debate público sobre la raza, en un contexto de tantos cambios como los ocurridos en los últimos 50 años? Esta no es una pregunta con una respuesta fácil e inmediata; ni pretendemos llegar a definiciones cartesianas sobre el tema, especialmente en un contexto de efervescencia narrativa. Nuestra propuesta es propiciar una discusión, desde diferentes perspectivas, considerando las agendas de investigación, los vínculos institucionales y la inserción generacional en las reflexiones, de modo que se contemple la complejidad del campo y su papel esencial en las reflexiones sobre la raza en Brasil.

Palabras clave: Ciencias Sociales. Raza. Debate público. Brasil.

O debate público sobre raça no Brasil e as Ciências Sociais: uma questão

O dossiê *As Ciências Sociais e o debate público sobre raça no Brasil* tem como marco a sessão especial *O papel das Ciências Sociais no debate público sobre raça no Brasil*, proposta pelo Comitê de Relações Étnico-Raciais, então integrado por essas organizadoras e pela socióloga Daniela Vieira, à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

[1] Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ciências Sociais (Anpocs). A mesa foi realizada em outubro de 2024, durante seu 48º Encontro Anual, sendo transmitida pelo canal do YouTube da entidade.[2]

Ambas as propostas resultam de uma inquietação: como compreender a inserção das Ciências Sociais no novo debate público sobre raça no Brasil? Os últimos 50 anos têm sido palco de mudanças bastante significativas sobre essa temática no país. Por um lado, há uma perceptível ampliação das reflexões quanto às relações raciais e ao racismo, verificável, por exemplo, no crescimento de literatura destinada ao público não acadêmico, nos discursos de senso comum e nas notícias apresentadas pelos distintos meios de comunicação.

Por outro, há a presença de novos atores que, individual ou coletivamente, emergem como produtores e difusores de informações para um público universal que excede a academia. A esses deve-se acrescentar a politização do tema raça, o qual, em subsequente transversalidade, passa a ser componente necessário para a compreensão de questões como saúde, desigualdades e violência.

Diante desse cenário e considerando as expressivas alterações em curso, como compreender a inserção das Ciências Sociais no novo debate público sobre raça no Brasil? Em verdade, a relação entre raça e debate público é tema recorrente na literatura especializada e tem sido frequentemente escrutinada. Grin (2010), por exemplo, tentou compreendê-la acompanhando vinte anos de transformações, tendo como pano de fundo a consolidação das ações afirmativas no país.

Nesse sentido, as ações afirmativas criaram terreno fértil para análises sobre essa interface (Daflon e Feres Júnior 2012; Campos, Feres Júnior e Daflon 2013; Ferreira 2019), sobretudo entre o final dos anos 1990 (quando as discussões são iniciadas) e o início dos anos 2000 (período de sua consolidação), momento em que parte significativa do debate público se concentrava na mídia, em especial em jornais e revistas de grande circulação.

A partir de então, essas discussões foram expandidas para as redes sociais, com debates, tensões e disputas amplificados. As relações raciais passaram a ser discutidas, não raramente, em escala global, como visto com o movimento *Black Lives Matter*, potencializado após o assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos (Pereira 2019; Rodrigues, Penteado e Oliveira 2022; Ramos e Braga 2025).

Neste dossiê, as Ciências Sociais são convocadas para essa interface. Assim, não se trata apenas de considerar a conexão entre raça e debate público, mas também refletir sobre como este campo de conhecimento atua, interfere ou dialoga com esta relação. Tal proposta torna a inquietação sobre as Ciências Sociais no debate público sobre raça uma questão introdutória para que se reflita sobre demais elementos implícitos, e especialmente relevantes: Quais são as potencialidades de atuação das Ciências Sociais no debate público sobre raça, para além do *modus operandi* da academia? Como produzir e difundir conhecimento sobre relações raciais em um espaço público no qual narrativas estão constantemente em diálogo (e, evidentemente, em disputa) (Habermas 1984)? Quais são os novos temas (ou novos contornos para antigos temas) que vêm mobilizando as recentes discussões, tensões e disputas no debate público sobre raça?

Essas não são indagações menores e, em um limite, dizem respeito à necessária autorreflexão do fazer científico que, de forma geral, tem como uma de suas principais marcas a aptidão não hermética, o que pressupõe a consequente produção de impactos na sociedade. Nesse sentido, ainda que elaborado de modo endógeno, com métodos, regras e gramática específica, o produto do conhecimento científico, inevitavelmente, informa o mundo e os discursos a ele associados.

Trata-se de um fato para o fazer científico em geral. Mas também o é, em específico, para as Ciências Sociais, cujo caráter ontológico está inerente e fundamentalmente associado à compreensão da realidade social, dos sentidos do mundo e de sua construção e reprodução. Não há

[2] A sessão especial *O papel das Ciências Sociais no debate público sobre raça no Brasil* pode ser assistida aqui: https://tinyurl.com/5n7s5uwp.

dissociação possível entre sociedade e este campo do conhecimento. Evidentemente, tal característica não torna as Ciências Sociais uma área ideologicamente comprometida com a transformação social ou com um exercício de construção de realidade. Ao contrário, sua vocação é eminentemente a produção do conhecimento. Contudo, é inevitável que haja uma frequente convocação para se traduzir categorias e conceitos, assim como para se sistematizar conhecimentos difundidos no senso comum ou para se produzir saber técnico quanto a questões relevantes.

No Brasil, em específico, onde, aludindo a Burawoy (2005), as Ciências Sociais têm um caráter público histórico, o campo, em suas diversas fases e em vários momentos, foi instado a participar do debate público: informou as discussões sobre a formação do Brasil, no início do século 20 (Schwartzman 2001); acompanhou as reflexões sobre modernização e desenvolvimentismo ao longo dos anos 1950; contribuiu para a redemocratização do país, após vinte anos de ditadura civil-militar (Chauí e Nogueira 2007), exercendo, ao longo de todo o século 20, o que Elisa Reis constatou: "Creio que essa é uma característica marcante da ciência social brasileira: estamos o tempo todo desempenhando alguma missão nacional. É assim que tendemos a ver nosso exercício profissional" (E. Reis, W. Reis e Velho 1997, 17).

Temas como violência e segurança pública (Costa 2023), juventude, segregação espacial, desigualdade social e estratificação frequentemente encontram ressonância na interface entre as Ciências Sociais e o debate público, a partir do qual o discurso ordinário é sistematizado, categorias são explicitadas e políticas públicas são discutidas.

O mesmo ocorre para dinâmicas sociais que organizam o Brasil, como é o caso de questões relacionadas a gênero (como identidade e diversidade sexual; distinções entre esferas pública e privada; violência de gênero; representação de mulheres na política institucional), temáticas vinculadas a populações indígenas (como demarcação de terras; direitos e reconhecimento; conflitos territoriais; questões ambientais) e, evidentemente, relações raciais.

Contudo, para raça, temos um cenário *sui generis*: a atuação das Ciências Sociais no debate público interveio não somente no modo como o Brasil produziu seu sentido de raça, de relações raciais e de formas de lidar politicamente com a questão, assim como observado para os demais temas, mas igualmente ajudou a produzir o próprio sentido de Brasil. Em outras palavras, em um país marcado pela colonização e pelo tráfico de escravizados (Alencastro 2000), coube à área o protagonismo de auxiliar, após a Abolição e a instauração da República, na definição do lugar da raça e das narrativas sobre a nação. E o fez enquanto ela mesma se formava como campo disciplinar, de tal modo que o processo de tradução do Brasil, a partir da tradução do significado da raça para o Brasil, foi também seu processo de autoconstrução.

Com notável protagonismo, as Ciências Sociais subsidiaram a difusão do racismo científico (Vianna 1938; Rodrigues 2011), de sua destituição e, em substituição, da elaboração da ideia de "democracia racial" como constituinte do mito de origem para a nação que surgia. Adiante, nos anos 1950, as investigações do Projeto Unesco questionaram as definições anteriores, apresentando novas explicações para as relações raciais desenvolvidas no Brasil e, consequentemente, para o próprio Brasil, problematizando a discriminação racial e a discriminação de classe, o desenvolvimento industrial do país e o projeto de modernização então em curso (Maio 2000).

A seguir, nos anos 1970, por meio das análises sobre as desigualdades raciais e a estratificação social, cujo marco são os trabalhos de Carlos Hasenbalg (2005), muitas vezes, em parceria com Nelson do Valle Silva (1988), as Ciências Sociais pautaram discussões nacionais sobre nosso sistema de classificação racial, a respeito da importância de se pensar as desigualdades raciais interligadas a outros marcadores sociais — como classe e gênero — e quanto às permanências das assimetrias de raça, não obstante a industrialização do país. Tais trabalhos alimentaram o debate público sobre raça no contexto dos anos 1980 e das mobilizações pela redemocratização pós-ditadura militar. Assim,

subsidiaram também os movimentos negros que, na efervescência dos novos atores sociais, típicos do período, principiaram reivindicações por justiça social e por direitos, na direção de não se pautar apenas no desenvolvimento econômico, que traria melhores condições, mas de compreender que o racismo no Brasil, justamente por ser velado, necessitava de análises mais complexas para ser entendido como estrutural na sociedade.

Ao longo dos anos 1990, além dos mencionados debates sobre ação afirmativa, houve a retomada das reflexões de Abdias Nascimento (ainda dos anos 1960) sobre políticas reparatórias para a população negra. Nesse momento, as Ciências Sociais auxiliaram na produção de discussões sobre cotas na educação superior, com especial aproximação dos estudos raciais da Sociologia, a partir de questões relacionadas às políticas sociais, com ênfase na área da educação superior (Barreto et al. 2017).

Em todos esses períodos, as Ciências Sociais não somente organizaram a compreensão sobre raça no Brasil, como integraram e instrumentalizaram o debate público. Contudo, o que se apresenta agora se configura como um desafio para o papel histórico da área. Os debates sobre relações raciais no Brasil sofreram significativa transformação. Em verdade, o próprio debate público se modificou, com novas formas de produção de discurso, a partir da emergência de novos atores e de um novo ativismo.

Assim, também são observados a transformação e o alargamento da esfera pública. Quando antes a imprensa ocupava espaço significativo (Campos 2019), agora as redes sociais são organizadas como palco para que atores nativos digitais (que transitam com desenvoltura nesse espaço) e atores tradicionais (que encontram nas redes formas de ampliar as informações produzidas) atuem na produção do debate público (Lima Neto 2025).

Do mesmo modo, as Ciências Sociais foram significativamente transformadas e se veem tensionadas pelas críticas ao que se convencionou compreender como maneiras convencionais (ou hegemônicas e eurocentradas) de produção do conhecimento, as quais pressionam para a incorporação de epistemologias não-hegemônicas, para a adesão a modelos não-canônicos de produção e difusão de conhecimento. Tensionadas "por dentro", as Ciências Sociais, simultaneamente, deparam-se com um debate público mais intuitivo e menos metódico do que aquele produzido nos limites do fazer científico.

Diante dessa mudança, as Ciências Sociais encontram-se com a tarefa de repensar seu papel, sua inserção e sua forma de interlocução no debate público. E, é neste momento que a questão inicial é recolocada: diante desse cenário e considerando as significativas mudanças em curso, como compreender a inserção da área no novo debate público sobre raça no Brasil?

As Ciências Sociais e o debate público sobre raça no Brasil: um dossiê

No formato de uma coletânea de artigos, na qual será possível encontrar reflexões de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes gerações, vínculos institucionais e agendas, este dossiê foi organizado a partir de duas etapas simultâneas — uma teórica e outra empírica —, conforme a sequência que apresentamos a seguir.

O conjunto de textos é aberto com a problematização, de abordagem teórica, quanto aos desafios para as Ciências Sociais. Os artigos *Ciências Sociais e desafios pós-tutela: antigas questões, novas agendas no debate público sobre raça*, de Andrea Lopes da Costa; *Mudanças de cânones e a busca por novas epistemologias para abordar a questão racial no Brasil: desafios e realidade*, de Paulo Sérgio da Costa Neves; e *Os espectros do povo: raça e a gramática negra da política brasileira*, de Carla Rosário, propõem o acompanhamento histórico deste campo de conhecimento e seus dilemas recentes.

Em seu artigo, Andrea Lopes da Costa (2026) se propõe a analisar a construção da tutela e os consensos produzidos pelas Ciências Sociais, assim como sua desestabilização na interface da implementação das ações afirmativas, das controvérsias sobre o sistema de classificação racial no Brasil, das tensões sobre a categoria pardo e das ondas de debates quanto às bancas de

heteroidentificação. Esse percurso, que começa ainda nos anos 1970 e chega aos dias de hoje, frisa que o grande desafio da área é conseguir se posicionar como protagonista do debate público sobre raça, seja na perspectiva analítica, seja no campo político.

Já Paulo Sérgio da Costa Neves (2026) evidencia a importância de se pensarem as Ciências Sociais, com ênfase nas "questões raciais", a partir de novas linguagens, formatos e perspectivas, não se limitando à incorporação de novos temas ou à expansão de seu público, mas, principalmente, atingindo o próprio modo de produção, difusão e legitimação do conhecimento. Neves finaliza suas reflexões com um desafio: "Não basta citar autores e autoras negros e negras para explicar os fenômenos. Há que se demonstrar o quanto essas teorias são capazes de explicar a realidade social" (Neves 2026, XX).

Em seguida, Carla Rosário (2026) reflete sobre a dinâmica das novas maneiras de se compreender o debate racial e o próprio fazer científico, aplicado a uma categoria central para discussões sobre nação e raça: povo. Assim, tendo como base as reflexões sobre povo e soberania popular, numa abordagem teórico-analítica e histórico-comparativa, a autora busca demonstrar como as categorias "fascismo", "autoritarismo" e "populismo", lidas a partir da lente da raça, nos dizem bem mais sobre a literatura considerada "clássica" no campo e sua propagada neutralidade. Conforme é salientado, a Ciência Política moderna se consolida tendo suas bases na exclusão democrática e na continuidade autoritária no Brasil. Além disso, é demonstrado que há uma evidente negligência em relação às contribuições de intelectuais negros e negras na formulação dos conceitos canônicos, o que interfere significativamente no entendimento da interface democracia-racialização em nosso país. O caminho proposto por Rosário (2026) é a adoção de uma gramática negra da política brasileira.

O artigo *Notas preliminares sobre raça e religião nas Ciências Sociais e no Censo Brasileiro*, de Edlaine de Campos Gomes, Wania Mesquita e Renato Dirk (2026), abre a sequência de análises empíricas do dossiê. No primeiro semestre de 2025, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o levantamento mais recente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2022) sobre a filiação religiosa da população brasileira. Esses dados servem de ponto de partida, em comparação com análises dos dois anteriores (2000 e 2010), para que as autoras e o autor do referido trabalho se debrucem sobre esse contexto e tentem apresentar suas considerações sobre o fenômeno interseccionalizado de raça e religião, num país marcado, paradoxalmente, pelo sincretismo e pela intolerância religiosa ou racismo religioso (Nogueira 2020). À guisa de conclusão, o artigo destaca que a comparação entre os três censos de 2000, 2010 e 2022 evidencia que a noção de raça/racismo aparece como contraponto e resgate do protagonismo de movimentos públicos em defesa da liberdade religiosa, tensionada pelo surgimento das igrejas neopentecostais.

Gabriela Machado Bacelar Rodrigues (2026), no artigo *Mestiços, contramestiços e o papel das comissões de heteroidentificação racial no contexto das políticas de ações afirmativas no Brasil*, ressalta o caráter político de ativistas, intelectuais, lideranças religiosas e artistas negras e negros e indígenas, no esforço de avançar na narrativa para construir a identidade racial para além do racismo. Em disputa, está o entendimento do "pardo", da "mestiçagem", de uma leitura elaborada a partir do "branco". Com os holofotes voltados para as bancas de heteroidentificação, a autora destaca que "a elaboração negra que os pardos/mestiços-negros fazem de si não esquece da mistura — ela é um dado visível da pele marrom" (Rodrigues 2026, XX). Na reprodução de frases pronunciadas além da academia, como "sou pardo para o Estado, e negro politicamente", ou em expressões como "negro de pele clara", o enaltecimento da identidade negra se faz presente. Como nos textos anteriores deste dossiê, aqui também um desafio é lançado: como situar esse grupo dentro do tabuleiro racial do Brasil, na luta pela garantia de direitos?

Fechando a coletânea, Camila Damasceno de Andrade (2026) apresenta suas reflexões no artigo *Raça, controle penal e criminologia crítica no Brasil*, a partir de uma análise comparativa de diferentes

autoras e autores que abordam, em suas teses e dissertações, as relações entre racismo, sistema penal e criminologia crítica no Brasil. Seja por meio de interpretações históricas do controle penal — desde o período escravocrata —, seja por meio de leituras epistêmicas decoloniais e interseccionais contemporâneas, o ponto de convergência está no caráter estrutural do racismo, no que contribui para alicerçar o que se compreende como o sistema penal brasileiro. Juliana Borges (2018, 121) ressalta que é preciso considerar que as prisões não estão distantes de nós, justamente por serem "produto de negligência e políticas que tratam diferenças como desigualdades", a partir de hierarquias raciais. Para Andrade (2026), o *corpus* de sua pesquisa representa um importante deslocamento no campo da criminologia brasileira, reconhecendo o racismo como categoria central de análise, além de questionar os limites do modelo penal moderno.

Na junção dos trabalhos, este dossiê, assim como a essência de qualquer investigação científica, não pretende dar respostas acabadas para a questão sobre a inserção das Ciências Sociais no debate público sobre raça no Brasil, pois não se trata de efetivamente localizar respostas. O que esta coletânea pretende revelar é que não há obsolescência no campo. Os artigos aqui apresentados evidenciam que — não obstante as reiteradas críticas às formas como a ciência tradicional tem sido produzida, as transformações no debate público, a democratização das informações produzidas pelas redes sociais e por seus novos atores e atrizes e a emergência de novas discussões e tensões em torno do tema raça — o papel da área nas discussões se mantém fundamental.

Por fim, não poderíamos deixar de agradecer aos pareceristas que, generosamente, se disponibilizaram a contribuir para que esse dossiê fosse concluído com êxito.

Referências

Alencastro, Luiz Felipe de. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras.

Barreto, Paula, Márcia Lima, Andrea Lopes e Edilza Sotero. 2017. Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia* 5(11): 113-141. http://dx.doi.org/10.20336/rbs.223.

Borges, Juliana. 2018. *O que é encarceramento em massa?* Letramento.

Burawoy, Michael. 2005. For Public Sociology. *American Sociological Review* 70(1): 4-28. https://doi.org/10.1177/000312240507000102.

Campos, Luiz Augusto. 2019. *Em busca do público: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. Eduerj.

Campos, Luiz Augusto, João Feres Júnior e Verônica Toste Daflon. 2013. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. *Revista Brasileira de Ciência Política* (11): 7-31. https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200001.

Chauí, Marilena e Marco Aurélio Nogueira. 2007. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua Nova* (71): 173-228. https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200006.

Costa, Andrea Lopes da. 2023. Violência letal no Brasil: as vítimas são negras, mas o crime nunca é por raça. *Boletim Lua Nova*, 27 jan. 2023. Acessado em 3 jan. 2026. https://tinyurl.com/3ampdsp8.

Daflon, Verônica Toste e João Feres Júnior. 2012. Ação afirmativa na revista Veja: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. *Compolítica* 2(2): 65-91. https://doi.org/10.21878/compolitica.2012.2.2.31.

Ferreira, Nara Torrecilha. 2019. Ações afirmativas raciais e a atuação do jornal Folha de S.Paulo. *Cadernos de Pesquisa* 49(171): 110-128. https://doi.org/10.1590/198053145467.

Gonçalves, Viviane. "O papel das Ciências Sociais no debate público sobre raça no Brasil." Anpocs, 17 out. 2024, 1 h, 36 min., https://tinyurl.com/5n7s5uwp.

Grin, Monica. 2010. *Raça: debate público no Brasil (1997-2007)*. Mauad X.

Habermas, Jürgen. 1984. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Tempo Brasileiro.

Hasenbalg, Carlos Alfredo. 2005. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Iuperj.

Hasenbalg, Carlos e Nelson do Valle Silva. 1988. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Vértice.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. *Censo demográfico 2022: resultados preliminares*. IBGE.

Lima Neto, Fernando. 2025. Espaço público digital e ativismo dos coletivos: (re)definindo fronteiras entre público e privado. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* 25(1): e46314. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46314.

Maio, Marcos Chor. 2000. O projeto Unesco: ciências sociais e o "credo racial brasileiro". *Revista USP* (46): 115-128. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i46p115-128.

Nogueira, Sidnei. 2020. *Intolerância religiosa*. Pólen.

Pereira, Amilcar Araújo. 2019. "Black lives matter" nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. *Cadernos de Pesquisa* 49(172): 122-143. https://doi.org/10.1590/198053145589.

Ramos, Rangel e Sergio Soares Braga. 2025. "I can't breathe": uma análise do fluxo da hashtag #BlackLivesMatter no Twitter brasileiro e norteamericano. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania* 30: e91992. https://doi.org/10.12660/cgpc.v30.91992.

Reis, Elisa Pereira, Fábio Wanderley Reis e Gilberto Velho. 1997. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 12(35): 1-22. https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300002.

Rodrigues, Daniele Cristine, Cláudio Luís Camargo Penteado e Taís Silva Oliveira. 2022. Vidas negras importam: análise de redes sociais do ativismo em nuvem sobre os episódios #80Tiros e de George Floyd. *Mediações* 27(2): e45720. https://doi.org/10.5433/2176-6665.2022v27n2e45720.

Rodrigues, Raymundo Nina. 2011. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Centro Edelstein de Pesquisa Social. Acessado em 1 jun. 2025. https://tinyurl.com/y7maw8dy.

Schwartzman, Simon. 2001. *As ciências sociais brasileiras no século 20*. Sumaré.

Vianna, Oliveira. 1938. *Raça e assimilação*. Companhia Editora Nacional.

Andrea Lopes da Costa

Professora titular na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Mestra e doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Viviane Gonçalves

Professora substituta na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Mestra em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Endereço para correspondência:

Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (Unirio)

Rua Voluntários da Pátria, n. 107

Botafogo, 22270-000

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Disponibilidade de dados:

Não se aplica

Conflito de interesses:

Nada a declarar.

Como citar esse artigo

Costa, A. L. da, & Gonçalves, V. Ciências Sociais, raça e debate público. Civitas: Revista De Ciências Sociais. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2026.1.49324

Editoras da revista

Fernanda Bittencourt Ribeiro

Teresa Cristina Schneider Marques

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.